



WS
VTE
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ATA N.º 04 (28/04/2022)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Realizada no dia 28 de abril de dois mil e vinte e dois

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, Concelho de Ribeira Brava, sob a presidência de Rita Maria dos Ramos de Abreu, estando Maria Natália Gonçalves da Silva, como primeira secretária e André Geraldo da Côrte como segundo-secretário. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia, após cumprimentar todos os presentes, fez o pedido de um minuto de silêncio por todos aqueles que têm sofrido em consequência da guerra na Ucrânia. -----

-----A senhora Primeira Secretária da Mesa da Assembleia procedeu à chamada para verificação do quórum. Na sessão estiveram presentes os seguintes deputados municipais, pelo **RBI**: António de Jesus Silva, Hélder Manuel Gouveia Gomes, Zélia Maria Pereira da Encarnação, Jordão José Andrade de Abreu, Luísa Maria Sousa Gonçalves Ponte, Bruno Mino Garcês Mendes Correia, Vítor Francisco Gomes de Abreu, Rosa Carolina Garcês Rodrigues Jardim, Marco António Abreu Junqueira, Vítor Hugo Fernandes Pereira, Karina Mónica Pereira Ferreira; pelo **PS**: Marlene Pereira de Sousa Rodrigues, Rui Pedro Fernandes de Almeida, Laureano Secundino Ascensão de Macedo, Elsa Maria de Abreu Gomes; e pelo **CHEGA**: Luís Filipe Quintal Pereira Vicêncio e Celestino Gomes Sebastião.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: Cristina Maria Camarata Abreu (Em representação de Marco Nuno Correia Martins - PJJ Ribeira Brava), João David Jardim de Sousa (PJJ Campanário), Albertina de Jesus Diniz Ferreira (PJJ da Serra de Água) e Manuel Inácio da Côrte (PJJ da Tabua). -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o Sr. Vice-Presidente Jorge Manuel Faria dos Santos, o Vereador Rafael João Figueira Sousa, o Vereador José Paulo Santos Andrade, a Vereadora Sandra José Abreu Vilanova, a Vereadora Olga Maria de Ascensão Fernandes e a Vereadora Flor Angélica Abreu Silva. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Pelas dez horas e dezasseis minutos, verificada a existência de quórum, a Sra. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----A ata da sessão anterior foi colocada à discussão e a Sra. Presidente da Assembleia alertou para uma correção a ser feita na mesma, nomeadamente na página cinco, em relação à intervenção da Deputada Luísa Ponte, onde constava “Centro de Saúde da Tabua”, passará a constar “Centro de Saúde da Ribeira Brava”. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu outros lapsos, especificamente na página vinte e um, referindo a interpelação feita à Sr.^a Presidente da Assembleia relativamente à questão do Regimento e questionou o porquê de não constar em ata essa informação. ----

-----A Sra. Presidente da Assembleia informou que essa informação não constou, em virtude desse ponto ter sido retirado da ordem de trabalhos. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que esse procedimento “obscurece” o facto de ter interpelado a Sra. Presidente da Assembleia e abordou a realização de uma reunião com os líderes de bancada para rever e discutir eventuais alterações ao Regimento, solicitando que essa informação fosse incluída na página vinte e um. Em relação à questão da revisão do Regimento, questionou também sobre o parecer da jurista, visto não ter tido conhecimento do mesmo. -----

-----A Sr.^a Presidente da Assembleia referiu ter recebido o parecer da jurista e questionou se não o tinha enviado logo após a última sessão. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) respondeu não o ter recebido e reforçou a ideia de ter sido eliminado um ponto, da ordem de trabalhos, com uma justificação pouco fundamentada, alegando a alínea e) do artigo 5.º do atual Regimento e referiu que o mesmo está “desatualizado, com normas atualmente revogadas da lei geral. -----

-----A Sr.^a Presidente da Assembleia informou que essa informação constará na próxima ata. Informou também que a deputada Teresa Nunes não pôde estar presente, estando a ser substituída pela senhora deputada Zélia Encarnação. Mais informou que, o PJF da Ribeira Brava, Marco Martins, também não pôde estar presente fazendo-se representar por Cristina Abreu. Alertou para o fato de não terem estado na sessão anterior pelo que não votam a ata da última sessão. -----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) pediu esclarecimento sobre as alterações a serem introduzidas na ata. -----



ews
VTO
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia esclareceu acerca das alterações que iriam ser efetuadas e colocou a ata à votação. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) solicitou à Sr.^a Presidente da Assembleia um minuto para poder conferenciar com o seu grupo partidário. Após o que o deputado Laureano Macedo (PS) referiu não ter entendido o motivo pelo qual a jurista não veio à sessão apresentar o seu parecer, uma vez que decorria a quarta sessão de Assembleia com um Regimento desatualizado. -----

-----A Sr.^a Presidente da Assembleia explicou que a Jurista não se encontra na câmara a tempo inteiro. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) reforçou a ideia de que a mesma deveria ter sido convocada e desta ser uma explicação pouco convincente. -----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) solicitou a entrega do documento pedido a fim de se resolver o assunto. Referiu também que o Regimento não se encontra desatualizado, estando válido para a corrente sessão. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que o Regimento estava desatualizado, apontando o artigo 55 e solicitando a ajuda da deputada Marlene Rodrigues (PS). -----

-----A deputada Marlene Rodrigues (PS) referiu que o regimento está desatualizado e explicou que no artigo 56º do Regimento atual, no nº 1, o artigo 45.º, 46.º e 47.º, foram revogados por Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

-----A Sr.^a Presidente da Assembleia alertou que quando um deputado queira intervir deverá levantar a mão e solicitar autorização à Mesa da Assembleia. -----

-----A ata da última sessão foi colocada a votação, aprovada por maioria com 18 votos a favor (16 do RB1 e 2 do CHEGA) e 4 votos contra (PS). -----

----- Em declaração de voto, o deputado Laureano Macedo (PS) afirmou que: “O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal votou **CONTRA**, pelo seguinte: – a Mesa da Assembleia não apresentou aos membros da Assembleia Municipal atempadamente o parecer jurídico relativamente ao projeto de *Regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava*, documento retirado tacitamente da ordem de trabalhos da sessão de 2022-02-28, depois de a Exma. Sra. Presidente da Assembleia ter-se comprometido que submeteria tal parecer jurídico à apreciação desta Assembleia Municipal, como atestado na ata da sessão ordinária de 2022-02-28. Esta situação constitui uma falha inaceitável na

10/05/2023
EIS
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ótica do Grupo do Partido Socialista desta Assembleia Municipal, atendendo que, depois de realizadas três reuniões de trabalho, com respetivas atas, para a revisão do *Regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava*, a sessão ordinária de 2022-04-28 não inclui qualquer ponto do período da ordem do dia relativamente à apreciação do projeto de *Regimento da Assembleia Municipal de Ribeira Brava*, atendendo que o atual documento padece de incorreções e de informação desatualizada desde há, pelo, menos dois ciclos autárquicos. Discordamos veementemente da forma como a Sra. Presidente da Assembleia Municipal desbaratou tempo e recursos, depois de ter-se comprometido na 2.^a sessão ordinária (2021-12-17), com conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal e sem oposição destes, que realizaria “uma reunião com os líderes de bancada para rever e discutir eventuais alterações do Regimento” (p. 2, linhas 23-24). Estranhámos a atitude displicente dos membros do Grupo do RB1 e a falta de pulcritude do líder de bancada do RB1, relativamente à necessidade de revisão do principal instrumento que rege este órgão autárquico.” -----

-----A Sr.^a Presidente da Assembleia deu a conhecer um documento que chegou à Mesa, através da Sra. Lúcia Faria Teixeira, intitulado: “Uma estrada para melhores condições de habitabilidade”, alertando que o mesmo seria abordado no final dos trabalhos da sessão. Além disto procedeu à seguinte informação: “A 22 de julho de 2017 a Assembleia Municipal da Ribeira Brava aderiu à ANAM (Associação Nacional de Assembleias Municipais) Conforme ata nº. 24 de 22 de junho de 2017. No congresso da ANAM de 2018, representei o conselho em que existiu votação para eleger os municípios para representação da Associação, no qual elegeram me como membro do Conselho Geral, esta Associação tem como objetivo promover e tornar as Assembleias Municipais financeiramente independente das Câmaras Municipais; Neste mandato 2021/2025 fui novamente eleita como Membro do Conselho Geral, caso precisem de algum esclarecimento ou apoio da ANAM podem falar comigo que articularei com ANAM. Perante as Gravações das sessões da Assembleia Municipal, entrei em contacto com a ANAM e com ANMP e pedi esclarecimento sobre este tema, me foi transmitido que o áudio não é um documento oficial, mas um instrumento auxiliar de elaboração da ata, podendo ser consultado antes da aprovação da ata junto à técnica Superior Andreia, após aprovação da ata será destruída.”-----



ATA
CWS

[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu ser esta uma posição surpreendente que reflete o desconhecimento da Portaria de Gestão de Informação Arquivística das Autarquias Locais, o que é lamentável, informou também que a comissão de acesso a documentos administrativos tem uma opinião absolutamente contrária à mesma. Explicou ainda que os documentos áudio são documentos administrativos e que devem ser conservados de acordo com a Portaria nº 1253/2009. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia esclareceu que o registo áudio fica disponível para confirmação e eventuais correções, sendo apenas destruído após aprovação da ata correspondente. -----

-----O deputado Bruno Correia (RB1) alertou, relativamente à correção da ata e tendo em conta que mesma foi votada contra, que não serão feitas as alterações pedidas pelo grupo do PS. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) questionou se é possível solicitar cópia simples do registo áudio. -----

----- A Sr.^a Presidente da Assembleia respondeu não ser possível pelo fato de, apenas, poder ser consultado na presença de um colaborador da câmara. -----

-----O deputado Rui Almeida (PS) questionou se a informação relativa aos registos é baseada em legislação ou apenas na opinião de uma associação, salientando que o assunto não ficou bem esclarecido. -----

-----A Sr.^a Presidente da Assembleia explicou que a informação tem como base a legislação e solicitou a colaboração do líder de bancada do RB1 para disponibilizar o documento aos deputados, para seu devido conhecimento. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) interferiu salientando que é arquivista de profissão, tendo assim conhecimento da Portaria 1253 pelo que ficou surpreendido com este parecer sobre a não conservação dos registos áudio. -----

-----O deputado Rui Almeida (PS) interveio para salientar que, atualmente, tudo está desmaterializado sendo que, no futuro, o papel deixará de fazer sentido. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara interveio considerando ser mais adequada a disponibilização do referido parecer, a todos os deputados, para poder debater este tema com base nessa informação. -----

WS
MPC
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A Presidente da Assembleia deu início ao período de intervenção antes da ordem do dia. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) questionou sobre o estado das negociações relativas à reabilitação urbana, na baixa da Ribeira Brava. Abordou também a acessibilidade ao mercado municipal salientando a não existência de acesso, seja através de elevador ou plataforma elevatória, aos serviços públicos disponibilizados no primeiro andar, para pessoas com mobilidade reduzida. Questionou sobre a possibilidade de concentração dos serviços públicos, numa eventual loja de munícipe ou loja de cidadão. Em relação à recolha de lixo referiu ser um cartaz que não abona a favor do concelho, questionando sobre o que tem sido feito em articulação com ARM de modo a aumentar a frequência da recolha dos resíduos no município. Referiu a não existência de um plano de atividades, para o ano 2022, da Assembleia Municipal, nem a entrega de um relatório de atividades referente a 2021. Questionou a Presidente da Assembleia sobre a informação provisional da Assembleia. Questionou sobre a revisão e atualização do Regimento. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara explicou a existência de uma verba prevista no orçamento para um projeto no âmbito da Reabilitação Urbana, desde a Rua do Visconde até à entrada do Pavilhão, referiu a finalização da candidatura que seguirá para aprovação, não dependendo de negociação com o Governo. Referiu ser um projeto no qual, em caso de ser aprovado, será necessário contratar um empréstimo, pelo que terá de ser submetido à aprovação da Assembleia. Explicou também que a ideia não é regenerar as ruas, aos poucos, mas sim fazer um projeto de reabilitação amplo. Sobre o acesso ao mercado municipal salientou a necessidade da instalação de um elevador e apesar de ter existido procedimento Concursal para o mesmo, não houve concorrentes a apresentar propostas para o mesmo, sendo necessário lançar novo procedimento. O Senhor Presidente da Câmara referiu a realização de várias reuniões relativas à instalação de uma Loja do Cidadão na Ribeira Brava. Considera ser uma mais-valia para o concelho, em termos de serviços podendo, também, abarcar pessoas do Norte e da zona oeste da ilha. Em relação à recolha do lixo, referiu que os alertas à ARM têm sido constantes. Salientou também a necessidade da união dos vários municípios de forma a pressionar a ARM sobre esse assunto. Indicou que a entrada na ARM trouxe uma melhoria na qualidade da água, no



ews
RIBZ
[Signature]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

entanto a recolha de lixo, antes quase diária, não é rentável nem sustentável. Realçou a questão da abertura de valas na estrada, para verificação ou introdução de redes, que ficam meses por tapar, sendo um motivo de alertas à ARM, por parte do município. Concluiu referindo que o Município não pode desistir e salientou que o município tem as contas pagas e sem dívidas à ARM.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia indicou não existir uma informação global exclusiva da Assembleia o que existe é um projeto em constante contacto com o sr. Presidente de Câmara pelo que as informações do Município e da Assembleia estão agrupadas. Realçou que o Grupo do PS poderá apresentar um projeto se acharem necessário visto serem deputados eleitos para defender o interesse dos munícipes. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) esclareceu a intervenção anterior questionando onde estava o plano de atividades para 2022. Falou da necessidade de explicação da prestação de contas relativamente a 2021 e do plano provisional do funcionamento da Assembleia. -----

-----O Presidente da Câmara indicou que a Assembleia Municipal é um órgão independente da câmara e que no orçamento existe uma rubrica referente à Assembleia Municipal. Explicou a disposição dessa informação no orçamento. Abordou a lei 75/2013, sobre as competências da Assembleia, explicando que a Presidente da Assembleia tem competência para requisitar a despesa, e quando isso acontece há uma requisição da sua parte, sendo da competência do Presidente da Câmara o pagamento da mesma. Mencionou que a prestação de contas da Assembleia está incluída na prestação de contas disponibilizada aos senhores deputados referentes às contas do Município. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) agradeceu a explicação e solicitou que a Senhora Presidente da Assembleia considerasse apresentar algumas atividades da Assembleia. ---

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) questionou o deputado Laureano Macedo (PS) em relação ao tipo de atividades, se eram as sessões previstas pela lei ou não. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) deu o exemplo das reuniões dos grupos de trabalho referindo não existir qualquer planificação. Mencionou que não é um plano estático pelo que terá de ser revisto de modo a ajustar-se às circunstâncias e ao momento.

WS
MRZ
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) questionou o senhor Presidente sobre as obras que estão no terreno, qual o plano de conclusão das mesmas, a existência de eventuais problemas relativos às mesmas e previsões de início de outras obras no concelho. -----

-----O senhor Presidente da Câmara indicou as obras que estão no terreno, nomeadamente o fim da pavimentação do Caminho do Barreiro faltando apenas a sinalização horizontal. Salientou o início de uma obra prometida há algum tempo, localizada no Porto da Ribeira, referente à alteração de umas escadarias para rampa melhorando a mobilidade das pessoas que se deslocam em cadeira de rodas. Existem também pequenas obras de recuperação, tais como a obra da Boa Morte junto à Capela que requereu a negociação de um terreno na Boa Morte. Referiu a alteração no Caminho da Fajã da Ortiga, a reabilitação urbana que aguarda a abertura do próximo quadro do PRODERAM e o projeto do corredor verde da Serra de Água. Salientou que esta é uma fase mais processual do que de obras físicas, refletindo a preparação de ferramentas a serem usadas aquando novas candidaturas a projetos europeus. Abordou também os constrangimentos sofridos pelas equipas de trabalho camarárias, devido ao Covid-19 e que afetam o bom andamento dos trabalhos. -

-----O deputado Bruno Mino (RB1) abordou o impacto resultante da obra em curso na encosta, questionando se o Governo Regional já foi alertado para tentar disfarçar essa situação visto ter um impacto visual muito negativo na “nossa” vila. -----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu a colocação de vegetação trepadeira para dar um ar mais natural à esta zona minimizando o impacto visual. Explicou que a Ribeira Brava tem sido muito procurada para escalada pelo que este poderá ser um local usado para esse tipo de iniciativas. Referiu a altitude e a zona central em que se encontra e salientou que a Ribeira Brava tem sido pioneira em várias atividades lúdicas e esta encontra-se em análise, e em caso positivo poderá ser uma mais-valia para o concelho. Abordou ainda o projeto previsto para o topo da encosta, propriedade municipal, estando em estudo qual o orçamento necessário para a reabilitação dessa zona. -----

-----A deputada Luísa Ponte (RB1) questionou sobre o terreno onde está o antigo campo de futebol no Sítio da Adega, em Campanário, se é camarário e se existe algum projeto para aquele espaço que está a morrer. Explicou que o impacto visual do local, perante os turistas que fazem a levada do Norte, tem um efeito muito depreciativo. Referiu a importância das zonas altas do concelho. Questionou sobre a possibilidade da existência



evs
MCS

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de uma limitação de velocidade para os ciclistas na promenade da Ribeira Brava, a fim de evitar eventuais acidentes. -----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu a ideia, por parte de uma associação, de transformar este local num campo de basebol. Informou que essa foi uma das ideias a concorrer para o Orçamento Participativo da Madeira. Realçou ser um local a precisar de intervenção, no qual também poderia ser criada uma zona de lazer e melhoria a nível dos estacionamento. Este é um momento de aguardar pelos projetos apresentados no Orçamento Participativo da Madeira, uma vez que o dinheiro não abunda, mas realçou estar prevista uma intervenção neste local. Sobre a velocidade dos veículos na promenade, o senhor Presidente informou ter sido alertado, visto não ser permitido exceder os 30 quilómetros por hora. Indicou que a sinalização para limitação da velocidade será reforçada. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia (PJF) do Campanário, João David Sousa (RB1), questionou o senhor Presidente sobre algumas questões feitas pela população, tais como: o caminho dos Terreiros e o caminho da Longueira, duas obras que a Câmara que a população gostaria de ver resolvidas o quanto antes devido aos transtornos causados. Sobre os Terreiros, alertou sobre a passagem por cima de uma levada de rega e que faz falta à população para o regadio das plantações. Questionou também sobre o Caminho do Tranqual e sobre o desenvolvimento do nó da via rápida. Em relação ao campo da Adega transmitiu o descontentamento da população visto a Câmara ter utilizado este espaço, em situações de urgência, para descarga provisória de material de limpeza. Indicou a solicitação da pavimentação da Estrada do Tranqual e do Pedregal, decorrente de várias intervenções por parte da ARM e da EEM, e que se encontra em mau estado. Questionou ainda sobre o Calhau da Lapa, se haverá algum tipo de melhoramento relativamente ao cais, para facilitar as manobras. -----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu que o atraso a nível das obras é devido ao excesso de trabalho das empresas de construção. Sobre os Terreiros informou que após ter falado diretamente com o dono da empresa, ficou garantido o arranque na próxima segunda-feira. Na Longueira tudo está orientado para a retoma da obra. Em relação ao Caminho do Tranqual indicou a necessidade da contratação pública e o aumento dos preços foi um fator que obrigou a repensar valores constituindo assim um impasse.

WS
MURZ
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Relativamente ao Campo da Adega o senhor Presidente realçou ser um local provisório para despejar material originário de algumas limpezas efetuadas sendo logo que possível retirados também. A nível das pavimentações de estradas informou que está a ser lançado um procedimento Concursal para (re)pavimentar mais algumas estradas do concelho, e que esse é um trabalho contínuo. Indicou algumas prioridades, como o Caminho da Adega e a zona do Pedregal, no entanto enquanto estiver a decorrer a obra do túnel não faz sentido uma intervenção a nível de pavimentação. Informou que foram feitas alertas à ARM para arranjar os locais onde foram feitas intervenções. Sobre o Calhau da Lapa remeteu para a última sessão da assembleia onde referiu que o cais não será intervencionado este ano, visto o Governo Regional comprometer-se, num futuro próximo, a lançar procedimento Concursal e fazer uma intervenção mais duradoira. Salientou a necessidade de preparação desta área para a época balnear, mas alertou para a eventual queda de pedras nestas escarpas. -----

-----Em relação ao Calhau da Lapa, o PJF Campanário reformulou a necessidade de existirem facilidades na acostagem dos barcos. -----

-----O senhor Presidente da Câmara informou que a escada já está recuperada e colocada. Realçou que o preço da intervenção necessária é incomportável neste momento, existindo outras situações necessárias no concelho. -----

-----O deputado Luís Vicêncio (CHEGA) solicitou um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente, sobre o tipo de relacionamento da Câmara Municipal com a ARM. Indicou poder ter ficado com perceção errada de uma intervenção, em que a Câmara parece estar a colocar-se um pouco na posição de refém do tempo em que a ARM tem para responder a obras que são importantes. Em relação à recolha de resíduo referiu não compreender a existência de um contentor, apenas, num local com elevada densidade populacional pelo que a população tem de carregar os resíduos para o ecoponto mais próximo. Indicou também a necessidade de limpeza e reparação da vereda que fica por trás do cemitério da Tabua. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara explicou que não estão dependentes da ARM, mas no caso de tratar-se de uma intervenção da ARM numa rua/estrada não pode ser da competência da Câmara regularizar e repor a estrada. Realçou que quem recebe os valores da água e dos resíduos dos munícipes é a ARM e que a Câmara resolve apenas algumas



evs
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

situações pelo fato de resolver o problema dos munícipes. Indicou que, nas várias reuniões com a ARM, tem alertado para a questão das estradas e recolha de lixo. Exemplificou algumas situações recorrentes de que teve conhecimento tais como descargas consideráveis de plantas e eletrodomésticos. Referiu que não haverá reforço de recolha de resíduos semanal em determinadas zonas. Enalteceu que apesar de ter sido entregue a cedência das redes à ARM, o Município não se aliena desses assuntos. Sobre a vereda indicada informou ter conhecimento de uma derrocada que houve há pouco tempo e que será devidamente analisada a fim de ser resolvida da melhor forma. -----

-----A deputada Carolina Jardim (RB1), questionou sobre a Estrada Regional 222 referindo o impacto monetário que se reflete no orçamento das famílias ali residentes. Questionou sobre a possibilidade de abertura da estrada, de forma condicionada, antes do fim da obra previsto. -----

-----O senhor Presidente da Câmara indicou ter noção dos problemas e dos impactos financeiros, destacando que até a própria Autarquia está tendo um elevado impacto financeiro visto disponibilizar uma carrinha que faz dois transportes de manhã e dois transportes à tarde diariamente para facilitar as pessoas que vinham a pé para a Ribeira Brava e que agora já não o podem fazer. Explicou que esse alerta de abrir condicionadamente foi uma questão colocada no arranque das obras, mas salientou não ser o momento oportuno. Indicou que quando houver a possibilidade a estrada será aberta de forma condicional, e que a Secretaria responsável tem sido alertada para esse assunto.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

PONTO 1 - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da Situação Financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º da lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que a nível da educação continuam os apoios nas várias vertentes tendo sido paga a segunda tranche das bolsas de estudo aos alunos universitários. Realçou que os apoios têm ocorrido desde as creches até aos alunos universitários. Indicou que a Autarquia está com despesas acrescidas a nível das escolas do 1.º ciclo, devido aos problemas dos edifícios, tais como infiltrações, problemas com pavimentos e paredes, etc. No entanto têm sido asseguradas as melhores condições

ews
S
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

possíveis para os trabalhadores e estudantes. A nível da cultura realçou a preparação da semana cultural, convidando todos os presentes para as diferentes atividades, nomeadamente a feira do livro; episódio da cabotagem; exposições; sessão solene; música; diversa animação. Salientou as reuniões com a EEM para perceber o que será realizado a nível da eficiência energética no concelho, objetivando sempre a redução das despesas com a iluminação e conseqüente melhoria do impacto ambiental. Referiu ter sido colocado, a título de experiência, um sistema fotovoltaico para carregamentos durante o dia, referindo ser uma forma de servir as pessoas e o impacto financeiro ser apenas na compra do equipamento. Falou também do processo, iniciado no ano transato, de alteração do PDM e da necessidade de ter cartografia digital atualizada para essa alteração. Explicou que a cartografia a nível regional data de 2008 e explicou o processo de contratação pública da AMRAM, numa parceria com a DROT e para atualização da cartografia digital de todos os municípios. Informou que o documento está pronto e explicou algumas questões e procedimentos sobre o assunto. Realçou estar a ver vários projetos para possíveis candidaturas futuras e que “estamos a trabalhar em várias áreas para colocar a nossa Ribeira Brava sempre em primeiro.”-----

-----O deputado Vítor Abreu (RB1), cumprimentou todos os presentes e agradeceu, em nome da população, a iluminação da Capela da Mãe de Deus. -----

-----Interveio o deputado Laureano Macedo (PS) para fazer uma breve apreciação sobre o documento de informação de atividade financeira. Disse que a lista não vem acompanhada dos respetivos montantes, taxa de execução, período de execução, sendo “excessivamente sintético”. Abordou o ponto 1.17 e questionou se está previsto mais instalações de abrigos de paragem no concelho, para quando e quanto será. -----

-----O senhor Presidente da Câmara explicou que a questão às vezes prende-se com a dificuldade de ter um espaço para colocar as paragens. Explicou as burocracias para aquisição de área- expropriações, não autorização para o efeito, dizendo que por vezes são aproveitadas zonas de cedência, por serem propriedade já do município, embora não sendo o local mais indicado. Referiu que está previsto no orçamento a aquisição de abrigos, informando que alguns terão de ser em cimento, para melhor proteção de chuva e vento. -----



WTF
EVS
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Laureano Macedo (PS) questionou se podiam especificar quais as paragens previstas.-----

-----Tomou a palavra o vereador Rafael Sousa (RB1) referindo duas situações distintas sobre o solicitado: a colocação de abrigos de autocarros e a colocação de sinais de paragens de autocarro. Indicou também a colocação de espelhos de trânsito. Referiu ainda que foram colocados por todo o concelho, exemplificando: Estrada do Pomar da Rocha – Sítio do Lombo Cesteiro; Estrada do Parque Empresarial – Sítio da Boa Morte; Estrada do Moreno – Sítio da Terça; Estrada Regional 222 – Sítio da Achada; Estrada Regional 104 – Sítio do Poiso; Estrada Regional 105 – Sítio da Encumeada...; concluiu terem sido colocados 15 novos sinais de novas paragens. Referiu irem ao encontro dos pedidos feitos pela população. Sobre os espelhos disse que foram colocados 3 espelhos no Sítio da Apresentação, 1 no Caminho do Nunes – Sítio do Moreno e 3 espelhos no Caminho do Cabouco – Sítio da Cova. Abordou os atos de vandalismo para com os abrigos e espelhos e realçou a colaboração da Câmara com a Junta de Freguesia do Campanário e a da Ribeira Brava através da cedência de espelhos. Sobre paragens de autocarros e abrigos informou haver várias situações propostas pela Junta de Freguesia do Campanário, no Campanário, ao longo da Rua Comandante Camacho de Freitas, desde a Junta de Freguesia até ao Tranqual. Indicou ter sido implementada uma nova paragem no início da Estrada de São João, na zona da Pedra. Mais indicou estarem previstas para a zona do Pomar da Rocha e outros locais, estando a aguardar concurso para aquisição dos abrigos e colocação dos mesmos. -----

PONTO 2 – Apreciação e votação da Prestação de Contas referente ao ano de 2021, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, sobre a gerência de 2021, explicou os valores correspondentes a: receitas orçamentadas, receitas executadas correspondentes a uma taxa de execução de 86.20%. Realçou os impostos diretos, as taxas de serviços, as transferências correntes relacionadas com o Fundo de Equilíbrio Financeiro, as vendas de bens e serviços: alugueres e parques de estacionamento, as transferências de capitais – indicando valores recebidos correspondentes ao projeto da marginal e do projeto das passagens hidráulicas. Explicou que recorreram à banca para um empréstimo de um

WS
[Handwritten signature]



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

milhão e meio de euros para adquirir o edifício e indicou os valores de passivos. Explicou a receita corrente e indicou que comparando com o ano anterior aumentou cerca de um milhão de euros, cerca de 14%, referindo que grande parte, cerca de quase 700 mil euros, é referente a receitas próprias provenientes essencialmente do imposto de transações, do aumento de licenciamentos para habitações, e é também referente a um reforço do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Sobre a receita de capital o senhor presidente informou que baixou cerca de quinhentos e poucos mil euros, explicando esse decréscimo. Ao nível da despesa indicou que estava orçamentado o mesmo valor que estava orçamentado nas receitas e que a execução foi de 84.74%. Realçou que: cerca de 18% correspondem a despesas com pessoal; 17% aquisição de bens e serviços, 17 mil euros com juros referentes aos empréstimos existentes na banca. Abordou também as transferências correntes, os subsídios e outros e explicou que a execução em despesa corrente foi equivalente a 46% de toda a execução do orçamento. Indicou que o investimento de capital, a despesa de capital, foi superior à corrente. O senhor Presidente da Câmara referiu que “independentemente das contas que se apresentem, foi um ano de investimento, quer em obras e em equipamentos físicos.” Realçou a aquisição do edifício onde estão instalados os serviços da câmara, referindo ser importante para o Município em termos financeiros do seu património. Apontou a execução de obras de proximidade e a reabilitação de outras já existentes. O senhor Presidente da Câmara indicou que aparece na despesa corrente, mas considera que é um investimento, “um investimento nas pessoas”, referindo-se às transferências correntes. Realçou estas últimas porque no ano passado mantiveram o mesmo valor de 2020 relativamente às juntas de freguesia e às associações do concelho, apesar de ter conhecimento que atividades não foram dinamizadas devido ao covid, bem como aos bombeiros voluntários e às IPSS's. Indicou que aumentaram o valor do programa de incentivo ao emprego, o apoio às famílias no pagamento das creches, ao nível da reabilitação de habitações de famílias com carências económicas e também a nível do apoio ao idoso. Explicou que é tão importante favorecer o envelhecimento ativo das pessoas, como fazer uma estrada ao pé das casas. Informou que mantiveram as taxas mínimas, realçando o IMI, que continua uma taxa mínima, indicando que ainda há a taxa subsidiada para famílias com filhos. Indicou que há um aumento das receitas próprias, mas aquele imposto direto das famílias acaba sendo sempre



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

o mínimo possível. Indicou também que foi um orçamento de investimento quer pelo lado da despesa quer pelo lado da receita. Referiu que houve um ligeiro aumento das despesas com pessoal fruto: de atualizações salariais, - salário mínimo, de acertos resultantes do processo de avaliação e de novos funcionários. Referiu também que continua, pelo segundo ano consecutivo, uma redução acentuada na aquisição de bens e serviços, que se deve, uma parte às iniciativas não realizadas devido ao Covid, outra parte referente ao ter deixado de pagar a renda do edifício da Câmara. O senhor presidente disse que não foi um ano fácil e que continuamos a conviver com uma pandemia, e houve corte de receitas em sua consequência: “Acho que tentamos e conseguimos manter o nível de investimento, principalmente em pequenas obras de proximidade.” Explicou os três empréstimos existentes e estado em que estão: prestação, amortização e juros, e indicou que a realidade é que quando se poupa dinheiro sobra dinheiro para os contribuintes. Referiu também, sobre o edifício adquirido, que a renda era quase de 17 mil euros e ia aumentar nos próximos três anos, e passou-se a pagar uma prestação de nove mil e tal euros ao banco. Indicou que: “conseguimos mudar o dia-a-dia de alguns ribeirão-bravenses, conseguimos colocar a nossa Ribeira Brava mais apetecível e acolhedora.” Realçou que a nível da execução do plano de atividades houve uma execução de cerca de 84,86% e a nível do plano de investimento uma execução de cerca de 80%. Indicou os valores correspondentes ao resultado líquido positivo, ao saldo bancário e a dívida que terminou a gerência de 2021. Explicou que esta última se deve à banca e 89 mil euros a fornecedores, referindo que foram pedidos esclarecimentos à EEM, em 2019, sobre o valor da fatura de iluminação pública na casa dos 190 mil euros, e aguardavam a resposta. Indicou que hoje a situação já está regularizada e a dívida paga. Concluiu referindo “que foi um ano bastante positivo para o concelho e que mais do que um documento financeiro o que importa é o que esta execução permitiu no dia-a-dia da Ribeira Brava. Ver que dia após dia vamos tentando melhorar a vida de quem cá vive.” Realçou também o relacionamento que tem havido de excelência com o Governo Regional, ao juntar sinergias e trabalhar todos para o mesmo fim que é sempre a melhoria da “nossa” Ribeira Brava e a colocação da Ribeira Brava em primeiro. Informou que a conta de gerência foi aprovada por maioria em reunião de câmara, com abstenção da vereadora do PS, que tem

RUBEN
LBS
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

parecer positivo dos auditores de contas e também “gostaríamos de contar com a apreciação positiva da assembleia.”-----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) agradeceu a informação prestada e salientou o carácter positivo da execução orçamental relativamente ao ano 20/21, referindo ter um conjunto de questões a apresentar. Apontou na página 26 relatório de gestão e informações sobre visita a obra de requalificação do cais da Ribeira Brava, na página 32 – Inauguração da Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares, questionando que obras foram executadas que mereceu intervenção financeira por parte da câmara, referindo que consta apenas uma informação genérica mas não informa montantes comparticipados. Referiu também sobre as atividades apoiadas, dando o exemplo da 7ª edição da Mostra da Poncha e do Mel-online, o Rali da Ribeira Brava e a Rampa da Ribeira Brava que não refere entidades organizadoras e que intervenção financeira teve da parte da câmara. Apontou também o ponto referente ao Programa Municipal de Apoio à Recuperação e Beneficiação de Habitações Degradadas, referindo-se à página 36, tabela 6, e questionando se as habitações foram recuperadas ou sofreram apenas obras de beneficiação, e nos casos em análise que resposta é que a câmara está a dar. Questionou também qual o ponto da situação sobre a execução do PRL no concelho. Apontou também a página 44, ponto sobre a Universidade Sénior, perguntando se não existe parceria com a Secretaria da Educação e um professor destacado a tempo inteiro, e outros a tempo parcial, no sentido de assegurar que as sessões possam ser garantidas e também que os professores possam ver a contagem de tempo de serviço assegurado. Apontou o ponto relativo ao Orçamento Participativo e questiona se não são três os projetos, porque não consta no texto apresentado. Referiu-se à parte do capítulo relacionado com o orçamento orçamentado VS executado, tabela 10, questionando como se explica que no ano 2020, o ano pior da pandemia, que a taxa de execução seja superior aos períodos homólogos. Indicou a página 60, questionando quais são as condicionantes referidas porque o texto não especifica, explicando que se o aumento de orçamento de estado aumentou verbas a transferir para as autarquias quais foram as condicionantes. Citou a página 61, comparou com a tabela 10 da página 59, solicitando explicações sobre esses factos. Apontou a página 62, citou informações patentes e questionou quais são as obras que foram orçamentadas para 20/21 e que ainda estão em fase de conclusão ou em fase de



RUB
es
[Signature]

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

procedimento concursal e que valores tem protocolo com o IFAP, FEDER e outras que ainda estão por receber. Questionou se podia discriminar que obras são essas e montantes que se encontram cabimentados. Indica a página 71, cita e pede explicações para os valores apresentados tão díspares. Finalizando, indica a página 71, uma nota de rodapé relativa a subsídios de investimentos da CPCJ, e indica que não consta no texto qualquer justificação sobre subsídios de investimentos, questionando qual a justificação para tal. -

-----O senhor Presidente da Câmara explicou que a parte inicial do relatório é no fundo relatar de uma forma geral a vida municipal tenha ou não impacto financeiro na Autarquia. Indicou os exemplos referidos pelo deputado Laureano Macedo (PS) e acrescentou outros exemplos como o Centro de Alzheimer. Explicou que houve atividades em que foi preciso aplicar valores, e que estão expressas no plano de atividades da Autarquia e na sua execução, e outras que são informativas pelo seu caráter de importância para a Autarquia mesmo sem custos associados. Indicou que as atividades quando são apoiadas financeiramente pela Autarquia têm ido sempre às reuniões de câmara e que os valores entregues às associações estão também descritos ao longo do ano. Sobre o Rali e a Rampa informou que o Rali é numa parceria com o Clube Automóvel de Santa Cruz, entidade que tem alvará para organizar ralis, e a Rampa com o Clube Desportivo Nacional, estando as despesas indicadas no plano de atividade relativamente a atividade dos ralis. Sobre as obras de recuperação e beneficiação explicou que o projeto de reabilitação de habitações de famílias com carências económicas teve muitas candidaturas tendo umas sido aceites, umas rejeitadas e umas ainda estão em análise. Explicou que o apoio vai até 5 mil euros, dependendo das condições do agregado familiar e que tem de ser de forma justificada. Indicou brevemente haver mais algumas situações para aprovar, não precisando números. Relativamente ao Primeiro Direito falou estarem a aguardar a declaração do IHM para disponibilizar o Primeiro Direito no concelho. Sobre a Universidade Sénior explicou que é um projeto que tem uma parceria com a Secretaria Regional da Educação, tendo um professor que está em mobilidade a tempo inteiro, contando para tempo de serviço, e outros professores em mobilidade parcial dando aulas e completando o horário na universidade sénior. Explicou também que há disciplinas que são dadas de forma voluntária por professores. Sobre o orçamento participativo o senhor presidente confirmou que falta uma obra, a pista de skate, que inicialmente estava para

MS
MIBZ
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

ser feita na zona da praia/ solário, explicando que com a questão da remodelação da frente-mar pensou-se incorporá-la no âmbito da recuperação da frente-mar, também para não perturbar os usuários da praia. No que diz respeito à taxa de execução, o senhor presidente explicou que é a taxa relativamente ao que foi orçamentado inicialmente. Explicou que o orçamento executou 12 milhões de euros, mais quatrocentos mil euros que 2020 e mais dois milhões e meio que em 2019, valor real executado, e que a percentagem de execução é a execução entre o que está orçamentado e o que foi executado e pago. Explicou quais os procedimentos em ambos os casos – orçamentado executado e não executado, dando exemplos de situações concretas como a obra dos Terreiros e a obra do Longueira. Enalteceu que ao longo dos anos o valor executado no orçamento tem aumentado. Indicou que a nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro a receita aumentou, as transferências do Governo Regional diminuíram e que já havia explicado, tornando a explicar valores em falta relativamente à obra da marginal e às passagens hidráulicas. O senhor presidente abordou o Orçamento de Estado, a lei de transferências para os municípios do país, em que está previsto uma percentagem do IVA, indicando que até hoje a Madeira e os Açores não receberam, abordando as limitações destas regiões. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) indicou a página 71, sobre os subsídios de investimento.-----

-----O senhor Presidente da Câmara explicou que os subsídios de investimento eram as candidaturas que se faziam ao Governo Regional, não tendo neste momento nenhuma candidatura feita, e que os valores de 2021 foi os restos de execução de candidaturas aprovadas no ano anterior. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu que no texto não há um parágrafo justificativo. -----

DELIBERAÇÃO: Apreciação positiva com 20 votos a favor (18 do RB1 e 2 do CHEGA); 4 abstenções (PS). -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) endereçou à mesa a seguinte declaração de voto: “O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Ribeira Brava manifestou o seu sentido de voto com a **ABSTENÇÃO**, atendendo que: – o relatório de gestão financeira se reporta ao exercício de 2021, anterior ao presente mandato autárquico. Realçamos que a informação reportada tende a descrever atividades executadas pela



MIRA
ENS
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Câmara Municipal de Ribeira Brava sem discriminar que intervenção financeira teve na sua concretização, aspeto verificável entre as páginas 23 e 32. – Verificam-se lacunas no texto, designadamente a um dos projetos que integram a I edição do Orçamento Participativo entre as páginas 45 a 47; outrossim, não apresenta justificação plausível relativamente às “Subsídios de Investimento”, na página 71, que explique a queda de mais de 3 milhões de euros na atribuição de subsídios relativo a 2021, indicando apenas “Lei de Meios ** Excluindo os recebimentos da CPCJ”. – Recomendámos que o relatório possa constar um sumário executivo, com linguagem simplificada para o munícipe comum, de modo a poder perceber, sem perda de granularidade informativa, o teor deste documento técnico. – Lamentámos o facto de os membros do executivo não terem estruturado o documento de prestação de contas sobre 2021, consubstanciando-o com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030* das Nações Unidas.”-----

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) apresentou a seguinte declaração de Voto: “O movimento RB1 votou favoravelmente a apreciação da prestação de contas referente a 2021. Os números apontam para uma gerência assente no investimento e no rigor financeiro. Em 2021, a Autarquia teve uma receita de 12,1 milhões de euros, valor que apesar de não ser muito elevado para gerir os destinos de um concelho com quase 14 mil habitantes, foi suficiente para o executivo do RB1 colocar pequenas obras de proximidade no terreno, manter os espaços públicos limpos e asseados, recuperar zonas degradadas e apoiar em termos sociais os munícipes mais carenciados. Verificámos, que grande parte da receita adveio das transferências correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Os impostos diretos geraram 1,8 milhões de receita e a prestação de serviços camarários, taxas, multas e vendas aumentou 680 mil euros. Acrescendo ainda 2,4 milhões de euros referentes a três empréstimos bancários que este órgão aprovou. Em termos de receita capital, houve uma diminuição de cerca de meio milhão de euros relativamente aos anos anteriores. Para isso contribuíram dois empréstimos bancários, sendo um deles destinado à aquisição do edifício da Sociedade Ponta Oeste que veio melhorar a vida da autarquia em termos financeiros, uma vez que o valor da prestação é inferior à renda que era paga pelo mesmo edifício. Quanto à despesa, 2021 registou uma despesa executada na ordem dos 12 milhões de euros. Houve um aumento das transferências correntes em 1,1 milhões de euros mantendo o apoio às Juntas de Freguesia, às Associações, à educação, aos idosos,

RIBEIRA
BRVA
A



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

às famílias carenciadas na reabilitação de habitações e aos desempregados através do programa de emprego municipal. Houve ainda uma grande despesa em termos de capital, já que o investimento rondou os 5,7 milhões de euros. Recordamos que 2021 não foi um ano fácil. Vivemos com a pandemia que obrigou a autarquia a intervir e se reinventar em várias áreas, tendo havido um corte em determinadas receitas, mas houve também despesas que não se efetivaram pela suspensão de atividades culturais, festivas e educacionais devido à Covid-19. Ainda assim, a autarquia através do seu executivo RB1 manteve o nível de investimento quer em obras, quer em equipamentos físicos, quer também a nível das transferências correntes para as Juntas, as associações, os Bombeiros, e outros apoios pontuais que foram surgindo. Olhamos para os números de forma satisfatória, verificamos o resultado líquido positivo da Autarquia na casa dos 480 mil euros e o saldo bancário de 206 mil euros verificado em dezembro de 2021. Realçamos o trabalho do executivo RB1 em obras de proximidade, na recuperação do nosso património, na repavimentação de estradas, no alargamento e recuperação de veredas e espaços de utilização pública, na aquisição do edifício para o Município, mas também em termos sociais, apoiando os mais necessitados de acordo com os regulamentos aprovados.

As contas em dia devem-se ao rigor financeiro que Ricardo Nascimento manteve deste o seu primeiro mandato, aliado ao esforço e compreensão da população, que agora permitem ter mais dinheiro para fazer investimento ou para ajudar as pessoas. Com uma dívida “controlada” na casa dos 3 milhões de euros, o rigor financeiro traduz-se em verbas aplicadas na Ribeira Brava, em prol dos ribeira-bravenses e deixa a Autarquia numa situação confortável para ir à banca financiar-se para novos investimentos, caso os órgãos autárquicos considerem necessário.”-----

PONTO 3 - Discussão e votação da Informação Financeira - Resultados Líquidos do Exercício de 2021, em conformidade com as normas estabelecidas pelo ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), anexo ao Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara explicando tratar-se de uma norma geral do POCAL, em que é preciso aplicar sempre o resultado líquido, e que se faça uma reserva de 5% e o restante valor seja transferido para resultados de períodos anteriores.



MRS
ES
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Indicou que é proposto à assembleia para aprovação tendo sido aprovado por unanimidade em reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade (18 do RB1, 2 do CHEGA e 4 do PS). -

-----O senhor Presidente da Câmara pediu para apresentar o ponto 4 e ponto 5 em simultâneo, sendo a votação posteriormente em separado. Não houve objeções. -----

PONTO 4 - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento - Receita e Despesa 2022, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

PONTO 5 - Discussão e votação da Revisão do Plano Plurianual de Investimentos 2022, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----O senhor Presidente da Câmara explicou que os dois pontos são para colocar o saldo bancário final relativo ao ano anterior, no saldo da gerência de 2022, para poder ser utilizado o dinheiro. Referiu que só se faz com base numa revisão/ alteração orçamental, estando indicado o reforço da receita e que esse valor será dividido por várias situações, exemplificando que foi necessário abrir uma rubrica que não estava aberta, nas despesas afetas à assembleia municipal – outros serviços, porque há uma entidade patronal que está a pedir o pagamento correspondente à falta às horas de trabalho. Exemplificou também outras rubricas que vão ser reforçadas e a possibilidade de investimento em algum equipamento como a aquisição de um novo armário para o arquivo. -----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 4: Aprovado por Unanimidade (18 do RB1, 2 do CHEGA e 4 do PS). -----

DELIBERAÇÃO DO PONTO 5: Aprovado por Unanimidade (18 do RB1, 2 do CHEGA e 4 do PS). -----

PONTO 6 - Discussão e votação do Regulamento do Conselho Estratégico Empresarial do Município da Ribeira Brava, em conformidade com o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara referindo ser entendimento do Município, tendo em conta o Historial, o dia da Ribeira Brava, a quantidade de empresas sediadas em várias áreas, a grande procura pelo espaço empresarial, haver um elo de ligação entre as empresas, as escolas e instituições regionais, para tentar definir uma linha de ação comum empresarial, em prol do dinamismo do concelho, contribuindo como

Handwritten initials and signature in blue ink.



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

dinamizador de emprego e uma imagem de marca da Ribeira Brava. Informou que o projeto foi aprovado por unanimidade em reunião de câmara e que esteve em consulta pública não havendo nenhum contributo.-----

-----Interveio o deputado Laureano Macedo (PS) referindo que o Grupo Partido Socialista considera ser muito bom para o concelho a existência deste regulamento e que não deve ficar apenas no papel devendo ser envidados todos os esforços para o pôr em prática. Questionou o senhor presidente, relativamente aos bairros digitais, qual o procedimento adotado para concorrer a este projeto, que critérios adotou e qual o teor da reunião que manteve com os empresários do concelho.-----

-----Interveio o Vereador Jorge Santos (RB1), cumprimentando todos os presentes e explicando que as câmaras só podiam concorrer a duas componentes a 6 e a 16. Indicou que é um programa para transformação digital mais dirigida ao comércio tradicional, mais afetado pela pandemia. Explicou os prazos da candidatura e que seria necessário a formação de uma associação de comerciantes sendo que o município apenas podia ser parceiro nessa candidatura. Indicou que os serviços da câmara foram pessoalmente a todos os comerciantes, entregar a convocatória por protocolo, e que no dia da reunião apenas tiveram 6 comerciantes, tendo 1 manifestado logo interesse e após a reunião houve mais dois contactos nesse sentido. Realçou que todo o processo foi feito, mas que não houve adesão por parte dos comerciantes, que ainda se trata de um processo complexo e que intervinha em várias áreas. Indicou ser participado a 100% durante 10 anos, sendo que a partir daí os custos da manutenção seriam reportados aos comerciantes. -----

-----O deputado Rui Almeida (PS) questionou se tiraram algumas ilações relativamente a isso, o porquê de não ter havido adesão. -----

-----O Vereador Jorge Santos (RB1) referiu que a maioria respondeu que alteração digital que já tinham WiFi, e outros têm o comércio tradicional. -----

-----O deputado Laureano Macedo (PS) referiu ser incompreensível, ser um montante importante para até o próprio desenvolvimento da própria empresa. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovado por Unanimidade (18 do RB1, 2 do CHEGA e 4 do PS). -

-----O deputado Hélder Gomes (RB1) apresentou a seguinte declaração de Voto: “O movimento Ribeira Brava em primeiro congratula-se pela aprovação unânime do Regulamento do Conselho Estratégico Empresarial do Município da Ribeira Brava,



FUP
EVS
A

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

elaborado e apresentado pelo executivo do RB1, por este regulamento disponibilizar uma ferramenta que possibilitará a promoção e discussão de várias temáticas importantes para o Concelho, nomeadamente para o tecido empresarial e estabelecimentos de ensino, analisando de uma forma clara as atividades existentes e apontando as linhas estratégicas de investimento, de modo a proporcionar à autarquia a preparação e definição dos instrumentos que permitam ao Município desenvolver políticas e medidas que revitalizem e potenciem a economia do concelho, fixando as empresas que aqui trabalham e atraindo novos investimentos.”-----

-----Seguiu-se a intervenção da senhora Lúcia Faria Teixeira. Cumprimentou todos os presentes e informou que vinha pedir melhores acessos, uma estrada, para as pessoas que vivem na zona da Vereda da Ladeira, Porto da Ribeira, para melhorar as condições de vida desses habitantes e também as condições de habitabilidade. Explicou que as pessoas que ali residem são pessoas com mais de 60 anos na sua grande maioria, pessoas que têm graves problemas de saúde. Referiu que na zona do Campanário, aquela zona é claramente a menos desenvolvida: “é quase um deserto” a nível de casas, estradas e terrenos ao abandono entregues a pragas que são também um transtorno para a saúde pública. Sobre os acessos referiu que são claramente maus, numerosos degraus e instáveis e paredes inseguras. Realçou as dificuldades que a população enfrenta diariamente, e que particularmente as pessoas não têm condições financeiras para fazer essa melhoria. Explicou que este pedido não é novo na câmara, mas que desconhece qualquer resposta ao assunto. -----

-----Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara referindo que a câmara já está a par dessa situação e elucidando os presentes sobre o local em causa. Informou já ter tido reuniões com outros munícipes sobre o tema e explicou que para atravessar uma via em toda aquela encosta, em termos de distância, sem estudos prévios, prevê a construção de muita muralha, apontando que no mínimo um milhão e meio de euros. Enalteceu as vantagens da zona, soalheira, com uma exposição solar espetacular, estando relativamente perto quer da Ribeira Brava, quer do Campanário. Falou na possibilidade de um caninho agrícola, ou apoio governamental para esta nova via, referindo que no momento, com os meios e as ferramentas financeiras não será possível só com fundos da Autarquia. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A Primeira Secretária da Assembleia Municipal, Maria Natália Gonçalves da Silva, passou à leitura da minuta e das deliberações referentes à sessão. Colocada à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão pelas treze horas e vinte e um minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Maria Natália Gonçalves da Silva, primeira secretária da mesa, redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com a referida Presidente e segundo secretário, nos termos do nº 2 do artº57, da lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ribeira Brava, 28 de abril de 2022

A Presidente da Assembleia, Fátima Maria dos Santos de Almeida
A 1º Secretária, Maria Natália Gonçalves da Silva
O 2º Secretário, [Assinatura]